

Expresso, 24 de junho de 2017

PRIMEIRO CADERNO 35



Daniel Oliveira
danieloliveira.lx@gmail.com

SÓ QUANDO ISTO JÁ FOR HISTÓRIA

Em janeiro deste ano deu-se a discussão pública da maior reforma legislativa florestal apresentada nas últimas décadas. Viram debates na televisão, entrevistas ao ministro e a técnicos, intervenções políticas de líderes partidários? Estou incluído nos falsoos: soube e nem uma linha escrevi. Como não há fome que não dê em farta, Marcelo quer estas 12 leis complexas e discutíveis aprovadas antes do verão. Diz quem sabe que as causas dos problemas da nossa floresta são profundas e, tirando algumas medidas de segurança mais evidentes, as soluções são difíceis e demoradas. Se fizermos tudo certo, só sentiremos os efeitos quando Pedrógão Grande já for história.

Comecemos pelo inimigo justo mas demasiado fácil: o eucalipto. O eucalipto e o pinheiro-bravo correspondem a quase metade da nossa floresta — o primeiro tem crescido sobretudo à custa do segundo. Apesar de serem terríveis propagadores do fogo, o ação por estas espécies é fácil de explicar. O sobreiro e o pinheiro-manso dão mais rendimento, mas o retorno é demorado. Com a quantidade de incêndios que temos, esse retorno pode não chegar antes do investimento ardi-lo todo. Sim, há um lóbio da celulose. Mas devem-nos não esquecer, quando se procuram soluções, a racionalidade económica das escolhas que as pessoas fazem. É também na economia que pode estar parte da solução para a limpeza das matas. Com centrais de biomassa, os resíduos florestais passariam a ser rentáveis. Mas a maior doença da floresta portuguesa é o minifundiário. É impossível gerir, rentabilizar e tratar a floresta quando a área média da propriedade que não é gerida pela celulose é de cinco hectares e a maior parte tem menos de um hectare. Portugal é o país europeu com maior percentagem de área florestal privada e com as mais baixas dimensões por propriedade. A única solução é integrar as pequenas áreas em unidades de gestão semelhantes a zonas de intervenção florestal ou às entidades de gestão florestal, em troca de uma renda, dando dimensão às explorações sem que as pessoas percam a propriedade. Mas a intervenção do Estado pode ter de ser coercitiva. Estamos dispostos a aceitar que há valores mais importantes do que o direito absoluto à propriedade? E há, por fim, um dos maiores problemas do país: o despoolvimento de grande parte do território, que demoraria décadas a resolver. Se não há pessoas, não há quem trate e defenda a floresta. Cerca de um quarto

Professor de planeamento urbano da Universidade de Manchester
As aldeias de Pedrógão Grande e a Torre Grenfell de Londres

Nuno Pinto

M em apenas quatro dias morreram 64 pessoas no incêndio de Pedrógão Grande e mais de 70 no incêndio da Torre Grenfell em Londres. Ambas as tragédias são inadmissíveis e são exemplos flagrantes dos tempos que vivemos, ilustrando as consequências da austeridade e do aumento da desigualdade que atingem as populações mais pobres. Ambas as tragédias difficilmente teriam esta dimensão no centro de Lisboa ou nos bairros caros de Londres.

Em ambos os casos há uma falha inquestionável do Estado em proteger os cidadãos. Em ambos os casos estes cidadãos pertencem, por razões diferentes, a classes que não favorecidos pela sociedade e também pelo Estado.

Em Londres, os mais pobres viram a sua habitação social ser embrulhada com materiais mais baratos (e inflamáveis), resultado da privatização desregulada de serviços públicos (a gestão da torre estava entregue a uma empresa que não respondia às necessidades dos habitantes) e os cortes em políticas sociais (redução dos inspetores de habitação).

Em Pedrógão Grande, as pequenas comunidades rurais (destes lugares como muitas vezes são apelidados pelas populações urbanas e pelos *media*) viram o fogo matar os seus membros e consumir as suas casas sem que houvesse capacidade de intervenção das forças de socorro, que por muita vontade que tenham não conseguem subverter a falta de pessoal e a falta de recursos que sucessivos cortes trouxeram aos seus magros orçamentos.

Houve um degradar da capacidade institucional do Estado ao reduzir e retangular as competências da floresta

em múltiplos organismos, denotando um claro desprezo pela infraestrutura de conhecimento técnico existente no Estado. Ao mesmo tempo, a classe política quer a contribuição do corpo de especialistas científicos e técnicos para o desenho das políticas públicas de ordenamento territorial e florestal e de prevenção, mas rejeita esta abordagem (*de evidence-based policy*), privilegiando sucessivamente o combate, como se deduz da não implementação da maior parte das ações do PNDFCI. Este enfoque no combate está ilustrado no aumento do investimento nos corpos de bombeiros, mas 26% de 2006 a 2015, acompanhado pela impressionante diminuição do número de bombeiros — no mesmo período o país perdeu mais de 13 mil efectivos (menos 31%), resultado talvez do despovoamento do interior.

A dimensão das tragédias em Londres e em Pedrógão Grande resulta claramente da combinação da austeridade com o aumento da desigualdade.

Austeridade: em Londres, os apartamentos estavam cobertos de material barato e inflamável; em Pedrógão Grande, as florestas deixaram de ser geridas pelos antigos corpos florestais do Estado e as corporações de bombeiros combatem o fogo sem recursos humanos suficientes para proteger as populações.

Desigualdade: em Londres, os apartamentos estavam sobreoltados (o número real de vítimas é desconhecido); em Pedrógão Grande, a interiorização e o desinvestimento na floresta despoava e isolou ainda mais as pequenas comunidades.

Austeridade: menos conhecimento no desenho das políticas públicas, menor contributo de especialistas.

Desigualdade: nas zonas urbanas há planos de emergência para grandes fogos, nas zonas rurais não.

É um círculo vicioso. A austeridade cortou serviços fundamentais às populações mais desfavorecidas gerando ainda mais desigualdade social no caso de Londres, territorial e também social no caso de Pedrógão Grande.

So podemos esperar que o atual interesse no interior não seja mais uma paixão e se transforme numa iniciativa perene que congregue todo o espectro político para um verdadeiro combate às gritantes desigualdades territoriais em Portugal.

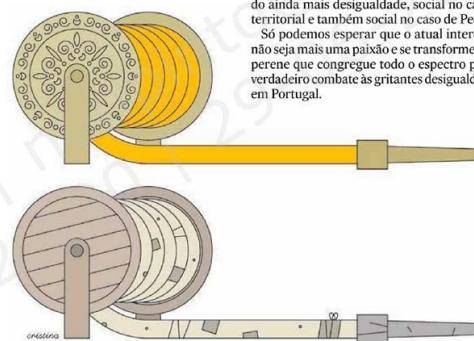


ILUSTRAÇÃO CRISTINA SAMPÃO

Presidente da Câmara Municipal da Nazaré e as alterações climáticas
Sem clima para deixar de agir localmente

ticas que colocam em risco as vidas humanas e o património.

Perante estas realidades, não alternativas, e com profundas convicções de que é possível construir um futuro melhor, com o envolvimento das comunidades locais na concretização de iniciativas resilientes perante os



Henrique Raposo
henrique.raposo79@gmail.com

O INCÊNDIO COSTA-LACERDA

Num país que levasse a sério a transparéncia e a responsabilização, António Costa já estava politicamente destruído. Como se o nepotismo do negócio TAP (amigo Lacerda) não fosse suficiente, assistimos nesta semana a um desnorte inédito no nível da estrutura do Estado. Agora percebe-se que a campanha eleitoral desastrada de 2015 que conduziu à sua derrota não foi um acaso: quando saiu do círculo lisboeta onde é protegido por jornalistas, comentadores e senadores, quando é testado a sério, Costa falha. É incompetente. Mas a questão, como dizia há pouco, vai muito além desta semana. A tragédia de Pedrógão é a consequência de falhas graves do passado de Costa e do regime.

O tal Siresp foi recontratado por Costa em 2005. O problema aqui não é a mera incompetência ou falta de coragem para rasgar esta PPP que tem o dedo da PT, do BES, do BPN — algo que Costa partilha com outros ministros do PSD antes e depois de 2005. O problema, meus caros, é que Costa recontratou o Siresp num negócio que envolveu o amigo Lacerda. A sua carreira política deixa ter morrido aqui. Não morreu. Costa é da esquerda lisboeta, ou seja, tem um salvo-conduto que o coloca acima do bem e do mal. Sucedeu ainda que os primeiros-ministros do PS têm o direito divino de trazer as suas amizades para o periférico do dinheiro público. Mas continuemos, porque o incêndio Lacerda também continua. Costa foi o ministro que desprezou o grande estudo feito neste século para a reforma do combate aos fogos. Um dos grandes especialistas, José Miguel Cardoso Pereira, escreveu nesse estudo o que agora é tragicamente evidente: não se pode concentrar tudo a jusante, no combate: é preciso retirar a proteção civil do combate ao fogo, é preciso criar um corpo de sapadores/engenheiros que trabalhe de janeiro a dezembro; como se faz no Chile, Espanha, Austrália, Califórnia, podemos fazer mais com menos dinheiro. Como o próprio Ascenso Simões reconheceu, Costa desprezou o estudo e optou pela política voluntarista do combate, adjudicando, entre outras coisas, os helicópteros Kamov. Estes Kamovs, além de caríssimos, são inúteis. Ou seja, a incompetência de Costa surge de novo, mas vem acompanhada de algo ainda mais grave: nepotismo e eleitoralismo. Costa contratou os Kamovs num negócio que voltou a envolver

dos proprietários florestais nem sequer vive na região da sua propriedade e, sem um verdadeiro cadastro, muitos nem sabem o que têm.

Tenho algumas dúvidas em relação à reforma proposta por Capoulas Santos. A principal é a da municipalização da gestão florestal: a autarquias onde a situação é mais dramática não têm dimensão política, técnica e financeira para esta empreitada, e isso pode leitar tudo a perder. Mas esta reforma, que trata de muitos dos assuntos de que aqui falei e à qual ninguém ligou pevide, merece mais do que um debate rápido em cima da emoção. Nada do que ali está evitará incêndios neste agosto. E, mesmo assim, é apenas uma pequena parte do que temos de fazer. Porque o estado da nossa floresta é consequência do modelo de desenvolvimento que es-colhemos, da economia que temos e do território que abandonámos. Isto não se muda ao ritmo da nossa indignação.

E DANIEL OLIVEIRA
ESCREVE NO EXPRESSO
DIÁRIO DE SEGUNDA
A SEXTA-FEIRA

Walter Chicharro

Não é possível reescrever a história, mas podemos e devemos construir o caminho que queremos para o futuro. O abandono dos Estados Unidos do Acordo de Paris sobre as Alterações Climáticas é uma posição egoísta, em sintonia com as opções de desenvolvimento alinhadas com os combustíveis fósseis, com um certo modelo económico e de sociedade e com um histórico de decisões políticas nada progressistas.

É uma evidência que as alterações climáticas são uma realidade dos nossos dias que, segundo a Agência Internacional de Energia, a não terem adequados compromissos dos Estados e dos cidadãos, poderão conduzir, a um aumento médio da temperatura global de 2,7 graus até 2100.

Na América como em Portugal, não podemos reinventar do zero o nosso território como se não tivesse havido uma determinada ocupação do solo no passado, mas podemos gerar as condições de valorização do espaço

público e sensibilizar para a adoção de medidas que nos tornem mais resistentes perante os riscos de cheias, a erosão da orla costeira ou os riscos de incêndios florestais. É também assim quando se apostam nas energias renováveis e limpas em detrimento das fontes energéticas fósseis, geradoras de dióxido de carbono.

Face à posição retrógrada e nacionalista da Administração de Donald Trump, importa prosseguir o esforço de ação local e nacional de quem está sintonizado com a concretização de uma estratégia de adaptação às consequências ambientais, económicas, sociais e de saúde decorrentes das alterações climáticas. É certo que os EUA representam 18% das emissões de CO₂ em todo o mundo, mas este não é um tempo para retrocessos ou hesitações que comprometem o futuro. Nos nossos dias, enquanto valorizamos o potencial do nosso mar com um sentido de sustentabilidade e estamos atentos à nossa orla costeira, já sentimos vários tipos de fenómenos meteorológicos extremos, dos períodos de seca à forte precipitação, das ondas de calor às expressões clima-

riscos e impulsos proativos na adoção de comportamentos de mudança, é preciso continuar a agir localmente a pensar no planeta.

Ao longo das últimas décadas, identificou-se a água como um bem escasso que estaria na base de muitos conflitos, as emissões de CO₂ como causa do efeito de estufa e o modelo de gestão dos recursos naturais como fonte da delapidação de um património ambiental vital para a vida humana. Identificadas as causas e havendo conhecimento que habilita a escolha de um caminho, não há nenhuma razão para que a vontade política não atue em função do presente e do futuro.

Valorizar o território, corrigindo erros do passado e desenvolvendo estratégias que assegurem a sustentabilidade das opções de gestão na vida das pessoas e nas dinâmicas dos territórios, é um caminho de equilíbrio que exige uma ação local firme, em terra e no mar.

Trump rasgou um Acordo,

os munícipios mantêm o compromisso com

as pessoas e com a adaptação às alterações climáticas. Pelo dia de hoje e

pelo futuro.

o amigo Lacerda, desprezou o saber científico, cedeu ao mais fácil e ao mais telegénico: a foto ao lado dos grandes meios, que, segundo os especialistas, não resolvem o problema. Em resumo, tudo o que está errado no regime e no sistema de proteção civil cruza-se com Costa e com esta tragédia — talvez a maior desde as cheias de 1967.

Não falo de 1967 por acaso. Costa e Marcelo impuseram ao país uma atmosfera idêntica àquela que Salazar impôs em 1967: foi a natureza, nada podia ser feito, não houve erros técnicos ou políticos, fazer perguntas é antipatriótico, siga a banda. É muito jornalismo pactuado e pactua com a narrativa. Aliás, tem sido abjeta a forma como muitos *media* têm glorificado as lágrimas e abraços dos governantes, como se tivessem sido eles a sofrer a tragédia, como se tivessem sido eles a perder filhos, pais e avós. Está para lá do revoltante, é grotesco.

E HENRIQUE RAPOSO
ESCREVE NO EXPRESSO
DIÁRIO DE SEGUNDA
A SEXTA-FEIRA